



O limite proposicional como elemento de *transição* no pensamento de Wittgenstein

*The propositional limits as an element of transition
in Wittgenstein's thought*

Léo Peruzzo Júnior^[a], Bortolo Valle^[b]

- ^[a] Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professor assistente na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e do Centro Universitário Franciscano do Paraná (UNIFAE), Curitiba, PR - Brasil, e-mail: leo.junior@pucpr.br
- ^[b] Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professor do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Filosofia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), professor titular do Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba) e da Faculdade Vicentina (FAVI), Curitiba, PR - Brasil, e-mail: bortolo.valle@pucpr.br

Resumo

Este artigo pretende sustentar que, em Wittgenstein, a noção de *limite proposicional* caracteriza um elemento de transição entre o não cognitivismo expresso no *Tractatus* e a filosofia posterior, especialmente nas *Investigações*. Neste sentido, podemos apontar que é o limite da dizibilidade que marca a ruptura na análise entre as proposições científicas e as “proposições éticas”. Enquanto as primeiras possuem valor de verdade, isto é, podem ser verdadeiras ou falsas, as demais carecem de sentido porque não podem ser expressas por uma notação

ideal. Por isso, o discurso científico, ao contrário do discurso moral ordinário, expande-se na medida em que limitamos as fronteiras da linguagem (e, portanto, do pensamento). Isso permite que aceitemos como conclusão apenas a existência de proposições elementares, que não são mais analisáveis. Portanto, não é possível formular proposições morais, mas apenas enunciar juízos, uma vez que os valores não são qualidades ou propriedades supervenientes das coisas. Sendo assim, a separação entre *fato* e *valor*, no que diz respeito à lógica e à ética, é a única possibilidade para que a linguagem significativa da ciência possa afigurar a realidade.

Palavras-chave: Limite proposicional. Não cognitivismo. Linguagem. Metaética. Wittgenstein.

Abstract

This paper intends to sustain that, in Wittgenstein, the notion of propositional limit characterises an element of transition between the non-cognitivism, expressed in the Tractatus, and the subsequent philosophy, especially in the Investigations. In this direction, it is possible to point out that the limit of utterability marks the rupture in the analysis between the scientific propositions and the "ethical propositions". Whereas the former have the truth value, that is, they can be true or false, the latter lack of meaning because they cannot be expressed by an ideal notation. For this reason, the scientific discourse, unlike the ordinary moral discourse, expands as we limit the boundaries of language (and, therefore, of thought). This allows us to accept as a conclusion only the existence of elementary propositions that are not analysable anymore. Therefore, it is not possible to formulate moral propositions, but only utter judgements, considering that the values are not supervened qualities or properties of the things. For this reason, the division between fact and value, concerning logic and ethic, is the only possibility for the meaningful language of science to be able to represent reality

Keywords: Propositional limit. Non-cognitivism. Language. Metaethic. Wittgenstein.

I

Como sustenta Garver (1994), em *This Complicated form of life: essays on Wittgenstein*, embora a obra de Wittgenstein deva ser tomada como uma terapia sobre o estado de confusão decorrente do mau uso da linguagem, podemos desdobrar dela uma série de observações peculiares. A transição entre um modelo lógico e sua visão pragmática, por exemplo, aponta para conflitos instaurados entre vários de seus comentadores. A cegueira filosófica que o autor quer evitar, portanto, será a redução dos juízos morais — da ética — a uma questão de valor proposicional. Mas, como podemos estabelecer uma dicotomia entre as proposições científicas e os juízos morais? Uma possível resposta a esta pergunta tornaria possível demarcar o campo de atuação da própria epistemologia.

Neste sentido, embora alguns autores possam apontar para uma descontinuidade entre o *Tractatus* e os escritos posteriores (por exemplo, BLACKBURN, 1993, 2006), ao longo deste trabalho apontamos que tal *transição* seria marcada pela nova delimitação dos juízos morais, característica que marca a passagem da ética à metaética. Hardwick (1971), por exemplo, afirma que em sua última obra Wittgenstein continua sustentando que a linguagem cotidiana é um instrumental adequado, mas ele rejeita em suas ideias mais recentes que “exista uma essência da linguagem: não sendo chamado a penetrar na superfície da linguagem em seu aspecto lógico formal — não existe razão para procurar uma estrutura profunda” (HARDWICK, 1971, p. 20-21).

II

No *Tractatus Logico-Philosophicus*¹, as únicas proposições que têm valor de verdade são aquelas usadas pelas ciências naturais e as cotidianas bem construídas. Demarcado o limite do dizível, a esfera da ética é lançada ao domínio daquilo que o autor chama de inefável.

¹ Citado como TLP.

Wittgenstein, no *Tractatus*, indica que o aspecto formal da linguagem pode ser claramente resolvido pelo aparato da lógica, o que significa que a filosofia é análise lógica, uma vez que passa a atribuir à teoria das descrições o êxito de demonstrar que a forma lógica aparente das proposições é diferente de sua forma real. A descrição, seguindo as contribuições de Russell, é responsável por fornecer uma análise satisfatória das propriedades linguísticas e lógicas. Mesmo assim, a linguagem ordinária não é imperfeita do ponto de vista lógico porque ela é capaz de “expressar todo sentido” (TLP 4.002), necessitando estar de acordo com a sintaxe lógica. Wittgenstein não persegue uma linguagem ideal, capaz de demonstrar fatos que a linguagem ordinária não pode expressar, mas uma notação ideal, a qual permitiria exibir a estrutura lógica presente nas proposições ordinárias. Assim, a questão central para Wittgenstein é estabelecer quais são as condições de possibilidade do dizer, do figurar um estado de coisas que é o próprio limite da linguagem significativa (Cf. VALLE, 2003).

O autor, nos aforismos finais do *Tractatus*, parece instaurar, ao invés de finalizar, um longo caminho sobre a validade e o uso dos juízos morais, que seriam sem sentido por pertencerem à esfera do indizível. A expressão de um julgamento ou um juízo moral, por exemplo, não diz algo, já que apenas poderia mostrar ou falar, como sustenta o trabalho de Rudolf Haller (1991). Aqui reside um ponto crucial no pensamento de Wittgenstein: uma linha que demarca enunciados que podem ser expressos por uma notação ideal daqueles que carecem de sentido (HALLER, 1991, p. 46). Neste particular, Haller nos ajuda a compreender muito bem a afirmação de Wittgenstein a respeito da busca pela notação ideal: “A proposição constrói um mundo com a ajuda de uma armação lógica, e por isso pode-se muito bem ver na proposição como está, se ela for verdadeira, tudo que seja lógico” (TLP 4.023).

III

Se a proposição constrói o mundo com a ajuda da armação lógica, então é possível inferirmos que a existência de proposições

elementares não deve ser arbitrária, uma vez que estas são não analisáveis. Isso significa que não podemos encontrar outras proposições mais simples a partir da análise. Assim, por exemplo, o fato do nome "X" referir-se ao objeto *a* é um contrassenso. Uma proposição bem construída que inclua o nome "X" mostra o objeto referido. Pode-se, então, dizer que as proposições elementares, da mesma forma que as proposições complexas, passam a ser necessariamente bipolares, isto é, ou são verdadeiras ou são falsas. Estabelecidas essas condições, temos os limites da ciência e da linguagem significativa, sendo possível reconhecer que muitas afirmações não satisfazem esses pontos porque não estão bem construídas (logicamente).

Pears frisa que as proposições elementares, por se encontrarem no fim da análise, são aquelas, segundo Wittgenstein, que estão em contato direto com o mundo (PEARS, 1973, p. 25). Elas são compostas de elementos que representam os elementos do mundo e esses elementos formam os fatos, ou seja, aquilo que é o caso. Sendo assim, as proposições iniciais do *Tractatus* falam a respeito do mundo que, para o autor, não é a totalidade das coisas, mas de fatos (TLP 1.1). Portanto, os fatos simbolizam estados de coisas, isto é, que algo seja o caso no símbolo diz que algo é o caso no mundo. O fato, então, é a existência de estados de coisas, e o estado de coisas é uma ligação de objetos, conforme se pode ler no aforismo 2.01 do TLP.

IV

Levando-se em conta o que foi apresentado, o isomorfismo mundo/linguagem se dá quando a estrutura dos nomes da proposição corresponde à estrutura dos objetos. Dessa forma, não é porque existe um objeto no mundo que a proposição é verdadeira e o contrário dela passa a ser falso. A proposição é falsa quando a combinação de nomes não representa uma combinação de objetos existente, isto é, quando no mundo os objetos não estão combinados da forma como representados pela combinação de nomes. Aqui está, portanto, uma proposição descharacterizada de sentido.

Pelas proposições é possível expressar algo a respeito do mundo, dizendo como os fatos podem figurar. Aquilo que Wittgenstein afirma é que os objetos existem, necessariamente, em todos os mundos possíveis, porém aquilo que difere de um mundo possível para outro não é a existência ou inexistência de objetos, mas o modo como estão ligados entre si em cada um dos mundos possíveis (TLP 2.022, 2.023). Como conclusão, temos que o valor de verdade é resultado da quantidade ou ausência de objetos presentes nesses mundos logicamente possíveis. Segue-se, então, a tese de que os objetos existem necessariamente em todos os mundos possíveis e, dessa forma, todo mundo pensável contém objetos. Assim, para Wittgenstein, os objetos formam a substância do mundo, pois os fatos podem mudar, mas os objetos permanecem nas mudanças em todos os mundos possíveis (TLP 2.021).

V

Ao referir-se à análise lógica das proposições da linguagem como método filosófico, Wittgenstein procura estabelecer um limite do dizível e, da mesma forma, identificar quais são os tipos de proposições que não são portadores de sentido. Essa perspectiva adotada pelo filósofo pretende estabelecer um esclarecimento sobre aquelas proposições que geram pseudoproblemas filosóficos. A compreensão da estrutura lógica da linguagem, para Wittgenstein, procura mostrar as condições essenciais que devem ser cumpridas se uma proposição afirma algo sobre o mundo. A dizibilidade demarca, assim, a única condição de sentido com a realidade que afigura, pois, como afirma o autor, “a proposição não é uma mistura de palavras (como o tema musical não é uma mistura de sons), a proposição é articulada” (TLP 4.001). Assim, segundo Garver (1994, p. 111-114), quando Wittgenstein refere-se às proposições elementares significa que estamos na presença de estruturas proposicionais que não são mais analisáveis e que, portanto, formam a realidade (realidade lógica que permite pensar o mundo). Com isso, a análise da combinação entre as proposições elementares e a existência de proposições complexas, segundo Wittgenstein, indica

que o valor de verdade da segunda será obtido a partir dos valores de verdade das proposições elementares que as constituem.

É significativo frisar que, conforme Wittgenstein indica em algumas passagens do *Tractatus*, algumas proposições efetivamente podem ocorrer no mundo e outras não. Porém, com a noção de mundo nos referimos a quaisquer mundos particulares em que ocorrem fatos que são sempre logicamente possíveis. Como claramente salienta Dall'Agnol:

A questão central, agora é esta: quais são as condições de possibilidade do dizer, do figurar proposicionalmente um estado de coisas? Como foi mostrado [...], elas são estas: que os nomes substituam os objetos da proposição (4.0312); que estejam concatenados em proposições (3.14); que a forma lógica dessa concatenação seja idêntica à forma da realidade (2.18) e que proposições complexas possam ser obtidas como funções de verdade a partir de proposições elementares (DALL'AGNOL, 2011, p. 27).

Em proximidade com a questão analisada por Dall'Agnol, a partir da noção de mundo, Wittgenstein não quer determinar um mundo particular possível. A ontologia encontrada no *Tractatus* não trata de entidades irreduzíveis e essenciais, mas de formas puramente lógicas sem qualquer espécie de conteúdo. Essas formas às quais o autor se refere, em sua noção de mundo, são como puros pontos geométricos sem dimensão, mas que são responsáveis por permitir falar de qualquer mundo possível (TLP 3.14). O interesse central do filósofo, no *Tractatus*, portanto, é demonstrar como é possível que as proposições representem os fatos implicando, necessariamente, em responder como se dá a articulação interna do mundo e da linguagem, e o que permite a relação de representação exercida por essa relação².

² A relação entre os fatos e o mundo é descrita por Wittgenstein, quando afirma que um pensamento correto *a priori* apenas seria possível se fôssemos capazes de definir sua verdade a partir do próprio pensamento. Porém, como o objeto de comparação é o mundo, o pensamento possui uma relação de projeção com os fatos, sendo ele expresso por sinais proposicionais (TLP 3.04, 3.05, 3.1).

VI

Assim, o resultado é que a ontologia do *Tractatus* é livre de valores, uma vez que Wittgenstein concebe uma proposição como qualquer coisa que possa ser verdadeira ou falsa e exclui julgamentos de valor dessa definição. Obviamente, um juízo moral, por exemplo, “X é uma pessoa honesta”, não pode ser uma proposição verdadeira ou falsa na concepção cientificista do *Tractatus*. É necessário, portanto, sublinhar que a descrição completa de todas as possibilidades só pode descrever os fatos, já que esses são a estrutura elementar que compõe o mundo. Ao contrário daquilo que alguém poderia objetar, embora possamos falar de proposições que não tratem de fatos, um juízo de valor não poder ser portador de verdade ou falsidade (Cf. PERUZZO Jr., 2011).

Temos até agora boas razões para dizer que, no *Tractatus*, a condição que subjaz à relação dos fatos e do mundo é a dimensão do sentido. Podemos falar de proposições significativas porque essas representam fatos, pois, como vimos, isso é possível se admitirmos que existam elementos simples como estrutura do mundo. Consequentemente, esse aspecto permite indicar que, para Wittgenstein, não é apenas o mundo destituído de valores, mas que o problema central se concentra em demarcar quais proposições possuem sentido e quais são contrassensos por tentarem dizer algo que não pode ser dito. Seguindo esse raciocínio, o mundo, então, fornece uma base fixa à linguagem que é puramente formal: o sentido da proposição é a própria imagem dos fatos que se dá pela sua articulação lógica.

A partir daqui, torna-se possível afirmar que para a proposição representar um fato é necessária uma forma lógica comum a ambos. Contudo, uma objeção poderia ser levantada aqui: qual seria, então, a forma lógica das proposições morais? O limite traçado por Wittgenstein entre os elementos simples, que são os objetos, e as combinações mais complexas, os fatos, demarcam aquilo que pode responder a essa pergunta: não há proposições morais, porque não há fatos morais e a própria pergunta não passa de um contrassenso. A diferença residual entre o cientista e o filósofo é que o primeiro pode dizer como os elementos simples estão dispostos no mundo; já o segundo, pode apenas

mostrar as sutilezas ou clarear aquilo que está confuso. A ética, portanto, situa-se no limite do mundo e tem como fronteira o próprio limite estabelecido pelas proposições.

VII

Mostramos, assim, que a caracterização do problema concernente à ética, no *Tractatus*, é situada na própria construção das proposições e na sua relação com o mundo. Ao que nos parece, Wittgenstein apresenta claramente esta posição no seguinte aforismo: “É por isso que tampouco pode haver proposições na ética. Proposições não podem exprimir nada de mais alto” (TLP 6.42). As proposições éticas, porém, não residem na concordância ou discordância de seu sentido com a realidade, conforme são descritas as proposições das ciências naturais³. Ao contrário, não podemos falar de “proposições éticas”, mas apenas de juízos, uma vez que as primeiras deveriam ser passáveis de valor de verdade, o que não é o caso.

Embora o *Tractatus* seja tomado como um livro de lógica, a investigação é calcada sobre o limite entre aquilo que pode ser dito claramente daquilo que só pode ser mostrado. Se a primeira fronteira reside na possibilidade de distinguir aquilo que pode ser pensado daquilo que não pode, ou seja, aquilo logicamente possível e o ilógico, a segunda fronteira é erguida numa oposição entre as proposições que apenas descrevem o mundo e aquelas que expressam juízos morais sobre ele. Se as primeiras encontram-se nele, as segundas estão fora dele, porque a ética não se deixa exprimir (TLP 6.42, 6.421). Desse modo, vemos claramente que em Wittgenstein transpor os limites da linguagem é transpor os limites do mundo, cuja principal barreira está na construção de proposições dotadas de sentido e que sejam capazes de expressar estados de coisas.

Em virtude disso, no *Tractatus* as únicas proposições que passam a ter valor de verdade são aquelas descritas pelas ciências naturais.

³ Conforme já apontado no aforismo 2.222 do *Tractatus*.

Demarcado o limite daquilo que é dizível, a esfera da ética é lançada ao domínio do inefável. Mas, em que sentido, então, podemos dizer algo significativo sobre essa fronteira ou sobre a própria ética? Ao contrário do que frisa Margutti (1998), por exemplo, os aforismos finais parecem instaurar, por assim dizer, um longo caminho sobre a validade e o uso dos juízos morais, que seriam contrassensos por pertencerem à esfera do indizível. Frente à possibilidade do silêncio metafísico ou religioso, como bem descreve Margutti (1998, p. 36-52), Wittgenstein não pretende reduzir a Ética a uma questão científica. Assim sendo, a diferença fundamental entre a natureza dos julgamentos morais e a natureza das proposições científicas é que os primeiros, ao contrário dos segundos, não satisfazem às condições do dizer. Nesse sentido, a expressão de um juízo moral, por exemplo, “X é um homem correto”, não diz algo, uma vez que apenas poderíamos mostrar ações moralmente corretas. Por esse motivo, é trivial ver que Wittgenstein insiste na impossibilidade de estabelecer proposições de natureza ética.

VIII

Se o valor não é algo que existe como fato e se só esse pode ser descrito por uma linguagem significativa, então não é possível formular proposições sobre valores, já que os nomes seriam destituídos de referência. Neste sentido, a sentença, como um todo, não poderia ser nem verdadeira, nem falsa, ao contrário das proposições descritivas das ciências naturais (KENNY, 1984). Essa posição, descrita em metaética como *não cognitivista*, consiste na defesa da impossibilidade de enunciarmos proposições éticas, uma vez que só podemos falar de outros tipos de proposições da natureza em geral. Assim sendo, podemos constatar tal perspectiva na seguinte passagem: “O método correto da filosofia seria propriamente este: nada dizer, senão o que se pode dizer; portanto, proposições da ciência natural — portanto, algo que nada tem a ver com filosofia” (TLP 6.53). Salles também chama a atenção para esse mesmo ponto como sendo uma tese central de Wittgenstein: “[...] podemos pensar as proposições

da filosofia nos seguintes termos: elas nada dizem sobre os fatos, são incapazes de nos relatar sobre como está o mundo; porém, podem funcionar como flechas, ou seja, setas indicativas [...]” (SALLES, 2003, p. 67).

Com base nessas considerações sobre a impossibilidade da ética em formular proposições, no sentido estrito do termo, as teorias morais que pretendem estabelecer regras de ações morais objetivas não podem ser aceitas na esfera de dizibilidade. Suas sentenças simplesmente não possuem sentido, pois elas não podem expressar um conhecimento moral. O valor que existir deve se encontrar fora do mundo, dimensionando um caráter peculiar que estabelece um limite para as proposições descritivas da ciência e aquelas de natureza ética⁴. Para colocar nos termos do próprio Wittgenstein, sua crítica, especialmente nas *Philosophical Investigations*, é dirigida contra o cientificismo que pretende anular a dimensão dos valores.

IX

A discussão sobre a dizibilidade de alguns tipos de proposições, seu valor de verdade e sua significação, encontrada no *Tractatus*, são um marco decisivo no desenvolvimento dos escritos posteriores. Se o valor não é algo existente como fato e se somente esse pode ser descrito por uma linguagem significativa, então parece ser impossível formular proposições sobre valores morais uma vez que seriam destituídas de referência objetiva e suas sentenças não poderiam ser verdadeiras nem falsas. A questão que surge agora é

⁴ O trabalho de Newton Garver, é responsável por introduzir, assim como outros autores entre os quais situa-se, por exemplo, David Pears, o pensamento de Wittgenstein a partir da concepção de duas filosofias distintas: a primeira, apresentada no *Tractatus*, disposta na ideia de Wittgenstein como um crítico da tradição; a segunda, compreendida num período maior de tempo, iniciada com a dicotomia apresentada por Wittgenstein entre ciência e filosofia, culminando com a questão das formas de vida. Entretanto, a respeito da dualidade na obra de Wittgenstein, conforme se pode observar, Garver apoia suas teses na leitura de N. Malcolm, utilizando-se da ideia de que a segunda filosofia de Wittgenstein entende que as palavras e as sentenças somente podem ser compreendidas em termos de suas circunstâncias, dos contextos, nas quais elas são faladas (Cf. GARVER, 1994, p. 278).

esta: não podemos enunciar proposições morais, mas apenas juízos morais, pois proposições são sentenças passíveis ou não de comprovação, diferentemente da ética. Assim, como argumento essencial, podemos dizer que para Wittgenstein os valores não são propriedades que dependem da natureza intrínseca de algo.

A obra de Wittgenstein, no entanto, não é sobre ética. O autor não está preocupado em formular teorias sobre ética e descrevê-las em suas sutilezas. A posição (não) cognitivista, como já demonstrada no embate entre McDowell (2002; 2005) e Blackburn (1993), por exemplo, é consequência do fato de que o autor não está dirigindo suas investigações com o objetivo de formar um corpo teórico, capaz de elaborar um conjunto de atitudes eticamente corretas que serviriam de guia para a vida do homem. Não se trata, portanto, de uma obra sobre a ética, mas de uma obra ética. Neste sentido, do comprometimento com uma ética normativa extrai-se que a tarefa da filosofia, na concepção de Wittgenstein, consiste no estabelecimento dos limites do sentido das proposições. Em razão de não trabalhar com os objetos do mundo, mas apenas com a possibilidade de representá-los por meio da linguagem, a filosofia não pode ser entendida como teoria ou doutrina.

A filosofia, a partir das observações de Wittgenstein, em nada contribuiria com os objetivos de proposições sobre o mundo, de explicações sobre questões que excedem os limites de sentido. Segundo Anthony Kenny, a característica constante no pensamento de Wittgenstein foi uma implicação ambivalente na própria natureza da filosofia expressa no *Tractatus* e, posteriormente, nas *Investigações*. Por isso, como ressalta, Wittgenstein parece em uma primeira instância ter duas visões diferentes da filosofia. “Por um lado, ele frequentemente compara filosofia a uma técnica medicinal, a uma terapia, um método de cura. Do outro lado, ele parece ver a filosofia como um entendimento global, uma clara visão do mundo” (KENNY, 1984, p. 38-39).

Sob essas condições, alguém poderia perguntar se há realmente uma identificação entre a concepção de filosofia no *Tractatus* e aquela apresentada nas *Investigações*. Kenny se refere a uma

passagem, em que Wittgenstein estabelece uma espécie de relação entre o papel terapêutico da filosofia e a função da psicanálise, procurando apontar que a filosofia de Wittgenstein tem um papel em sentido negativo e destrutivo, ou seja, não pretende edificar teorias, mas apenas clarear aquelas existentes. Segundo Kenny:

A analogia entre filosofia e psicanálise é importante e produtiva. Porém, ao invés de desenvolver isso futuramente, eu quero fazer uma pergunta específica sobre o assunto. Se filosofia é terapêutica — tanto em um sentido físico quanto no sentido psicanalítico — então o papel da filosofia não deveria ser negativo? Ao que parece filosofia só é útil às pessoas que estão doentes de alguma forma; uma pessoa saudável — de mente e corpo sadios — não tem necessidade da filosofia. Isso parece muito diferente da visão da filosofia como a construção de grandes sistemas, a visão tradicional da filosofia. Wittgenstein certamente concorda que a filosofia tem um papel destrutivo, embora ele também diga que o que ela destrói não vale a pena preservar (KENNY, 1984, p.41).

Embora a crítica seja visível, não resta dúvida de que a posição antiteórica de Wittgenstein em relação à ética tem como base a distinção explicitada no *Tractatus* entre *fatos* e *valores* . Ele argumenta que apenas os fatos podem ser sistematizados pelo método científico, enquanto a ética fica no âmbito dos valores, que não podem ser justificados ou teorizados por pertencerem ao domínio do que apenas pode ser mostrado, e não dito.

X

“A filosofia não deve, de modo algum, tocar no uso efetivo da linguagem; em último caso, pode apenas descrevê-lo”, esclarece Wittgenstein no parágrafo 124 de *Investigações*. No *Tractatus*, concomitantemente com sua posição tardia, a ordem que acreditamos encontrar no mundo, quando a ciência é construída, é resultado

de projeções proposicionais, que buscam efetivamente dizer algo significativo sobre o mundo no espaço lógico. A filosofia, portanto, deve apenas descrever o uso efeito da linguagem, estabelecendo as diferenças entre os tipos de proposições (Cf. VOLTOLINI, 2009). Portanto, se por um lado, a ânsia wittgensteiniana por compreender juízos de valor relativos e juízos de fato introduz um elemento de rigidez no discurso, por outro, a mesma ânsia condena todas as pseudo-proposições que são impossíveis de representar algo sobre o mundo.

Essas observações, como podemos notar, não afetam o que Wittgenstein compreende sobre a ética. Parece, então, haver boas razões para concluirmos que, a partir desse momento, é possível que a ética, assim como a lógica, sejam categorizadas como transcendentais, isto é, pertençam a outro domínio que não é aquele dos fenômenos puramente empíricos (TLP 6.13; 6.2). É significativo frisar, no entanto, que para estabelecer a linguagem adequada ao falar da realidade, Wittgenstein compreende que a lógica, por sua vez, só produz tautologias e contradições. É por este motivo que o filósofo afirma que a proposição é uma figuração da realidade, pois sabemos a situação por ela representada se entendemos a proposição. Sendo assim, conclui que a realidade deve, por meio da proposição, portanto, ficar restrita a um sim ou não (TLP 4.021; 4.023).

Hacker, em *Insight and Illusion* (1986), afirma que os aforismos do *Tractatus*, embora não respeitem os limites do dizível, esclarecem algo importante sobre o funcionamento da linguagem. A posição de Wittgenstein, aponta Hacker, permite compreender que, por um lado, há algo que apenas se mostra e que, por outro, não faz parte da esfera de sentido (HACKER, 1986, p. 20-21). Sendo assim, aquilo que não faz parte da esfera da dizibilidade é o inefável, o qual aponta para a própria natureza da terapia filosófica (HACKER, 1986, p. 20-28). As proposições, que são compostas por nomes, devem servir como substitutas para os objetos para que pretendam nomear e atendam às condições lógicas de dizibilidade. Por meio dessa concepção, Wittgenstein sustenta que as proposições são formas de afiguração da realidade, pois dizem como os objetos do mundo podem ser encontrados em meio às relações possíveis entre eles. A tese principal levantada pelo autor é de

que as proposições são figurações lógicas que podem ser compreendidas como um espelho da realidade, que são um modelo da realidade⁵. Assim,

[...] sentenças elementares, esses elementos são os nomes. [...] Wittgenstein chama a maneira que estes elementos estão ordenados em uma foto à estrutura da foto, e a possibilidade de ordenação destes [...] como a forma de decisão ou modelagem da foto (RICKTTS, 1999, p.73).

A afirmação de Ricktts permite compreender que os postulados de Wittgenstein, no *Tractatus*, excluem os valores tanto do mundo quanto da linguagem. Esse pressuposto, no que se refere ao mundo, permite enunciar que os estados de coisas possíveis determinam a realidade. A linguagem, composta pela totalidade de proposições, em outros termos, descreveria apenas a totalidade das proposições das ciências naturais. Para colocar a questão de outro modo, podemos apontar que a ética estaria fora do mundo tractatiano, uma vez que não existem fatos éticos porque no mundo tudo é como é e tudo acontece como acontece (TLP 6.41). Assim, se isto é correto, como acreditamos que seja, então os juízos ético-filosóficos tentam dizer o que somente se

⁵ Em consonância com Hacker, para Thomas Ricktts, em seu artigo intitulado *Pictures, logic, and the limits of sense in Wittgenstein's Tractatus*, a concepção enigmática de Wittgenstein de sentenças como imagens e sua tentativa de reformular a lógica em termos essencialmente funcionais de verdade há muito tempo tem fascinado os leitores do *Tractatus* por apresentar uma imagem cristalina do mundo. Esta questão representaria uma preocupação com a própria essência lógica do mundo, o qual poderia ser construído proposicionalmente. Por essa razão, Ricktts indica que a posição de Wittgenstein afasta-se nitidamente das exposições de Russell, conforme se pode ler: "Diferentemente de Russell, Wittgenstein concentrou-se não em uma teoria de juízo, mas em uma teoria de simbolismo, das representações linguísticas que usamos para expressar pensamentos. O problema que eu tenho exposto para a teoria de Russell da relação múltipla infecta uma visão russelliana da linguagem também. Na visualização, as sentenças atômicas no nível inferior de análise são combinações de nomes de átomos ontológicos de diferentes tipos — indivíduos, propriedades dos indivíduos, as relações diádicas de indivíduos, etc. Os nomes são apenas rótulos para átomos ontológicos com os quais estamos familiarizados. De alguma forma, as combinações dos nomes de átomos em sentenças (expressam juízos que) são renderizados como verdadeiro ou falso pela subsistência dos fatos que envolvem os átomos nomeados. Relações assimétricas causam problemas para essa visão rústica da linguagem paralela para aqueles que representam a análise de relação múltipla" (RICKTTS, 1999, p.69).

mostra e, por isso, tornam-se contrassensos ao transgredirem os limites das proposições.

XI

Os fatos, como já enunciamos, são contingentes e acidentais, isto significa que não possuem qualquer valor. A pretensão filosófica de afirmar a existência de valores objetivos no mundo torna-se, no *Tractatus*, uma pretensão contraditória. Como ressalta Perissinotto, a ética, segundo Wittgenstein, não pode se formular, porque o sentido do mundo, assim como a própria ética, é transcendental:

Como já sabemos, a ética tem a ver com o que Wittgenstein chamou “o sentido do mundo”, “o problema da vida”, “o sentido da vida”. Precisamente por este motivo, não pode haver, estritamente falando, proposições de ética (6.42). A proposição afirma sempre a existência de um estado de coisas, mas, de acordo com o *Tractatus*, o sentido do mundo (da vida) não podem de forma alguma depender de estados de coisas que subsistam, ou seja, não pode depender de tais fatos. “Os fatos fazem parte todos do problema, não da solução” (6.4321). A proposição é apenas uma outra proposição; um fato é apenas mais um fato. Ou seja: nenhuma proposição, nenhum fato, traz-nos mais perto do sentido do mundo (da vida), ou nos afasta. Da mesma forma, nenhuma proposição, nenhum fato, nos aproxima de Deus, ou nos afasta. “Deus não se revela no mundo” (6.432) (PERISSINOTTO, 2010, p.61).

Por essa razão, e por tantas outras, a filosofia, diferente da ética, é pensada por Wittgenstein apenas como uma crítica da linguagem. A tarefa assumida pelo filósofo é traçar as condições necessárias para legitimar uma proposição com sentido. É nesta legitimidade que as proposições podem ser submetidas a uma espécie de verificação, diferentemente da compreensão fornecida pelo positivismo lógico, a qual visa determinar se uma proposição é verdadeira ou falsa (GARGANI, 1993). Se uma proposição não cumpre os requisitos de sentido enumerados no *Tractatus*, é um contrassenso, isto é, nada diz. Por isso, a análise realizada por Wittgenstein parte da decomposição das proposições

ordinárias, que chegam aos elementos mais simples, as elementares, as quais não podem ser mais decompostas e são funções de verdade por si mesmas. Nesse sentido, a tese de Glock pode ser reivindicada como descrição crucial para a compreensão do tratamento dispensado às proposições científicas e àquelas não científicas: o *Tractatus* torna explícito esse contraste “entre a ciência, que representa o mundo, e a filosofia, que ‘traça’ os ‘limites’ lógicos para ‘a esfera da ciência natural’. A ciência explora o acidental e consiste na ‘totalidade de proposições verdadeiras’ (TLP 4.11 e segs)” (GLOCK, 1998, p. 83).

XII

Para compreendermos a posição não-cognitivista de Wittgenstein a respeito da ética, devemos considerar que a crítica tractatiana da linguagem privilegia a proposição, uma vez que essa é a unidade linguística capaz de descrever os fatos. Essa ontologia, por sua vez, é responsável por excluir os *valores* tanto do mundo como da linguagem. O raciocínio apontado por Wittgenstein estabelece que a existência de um fato ético, por exemplo, “Matar é moralmente errado”, apenas seria possível se um valor objetivamente existisse no mundo. Esse valor seria, portanto, um fato Contudo, como os fatos são contingentes e não possuem qualquer valor, sustentar a existência de propriedades morais possui uma natureza autocontraditória. Para solucionar tal impasse, cabe aqui, portanto, aquilo que Hacker chama “*The Doctrine of Isomorphism*”:

- 1) Composição. (a) Um modelo precisa ser composto, deve consistir de diferentes elementos. (b) Os elementos do modelo simbolizam os elementos que representa. Essa relação entre os elementos do modelo e os elementos que está representado é a “relação ilustrada”.
- 2) Forma e estrutura. Um modelo deve ter ambos a forma e estrutura. A forma de um modelo é o potencial da estrutura. A estrutura do modelo é a (convencionalmente determinada) maneira na qual os elementos do modelo estão posicionados em razão de ser um modelo. Modelos diferentes em diversas “mídias” representacionais

- (diagramas, pinturas, música) terão formas representacionais distintas (3 dimensionalidades, 2 dimensionalidades, ordem linear, etc.), mas irão, se representam os mesmos assuntos, ter a mesma forma lógica, isto é, idêntica multiplicidade e convencionalmente determinadas pelas possibilidades de combinação.
- 3) Estrutura comum. Qualquer modelo representa um tipo de assunto. A estrutura do tipo de assunto representada por um modelo consiste na maneira com que os elementos do assunto estão conectados entre si (*Tractatus*, 2.032). Para que um modelo represente um dado tema, o modelo deve ser organizado isomorficamente com os elementos de que representa, dado o apropriado método de projeção (*Tractatus*, 2.015).
 - 4) Modelos são fatos. O modelo enquanto representação é um fato. É o fato que os elementos estão organizados assim de maneira que represente aquilo que deve representar (*Tractatus*, 2.141 - 2.15). Somente em um fato os elementos se juntam para fazer a representação possível.
 - 5) Verdade. Um modelo é verdadeiro se concorda com a realidade, se as coisas são como o modelo as representa, caso contrário é falso.
 - 6) Conhecimento. Para saber se um modelo é verdadeiro ou falso, deve ser comparado com a realidade (HACKER, 1983, p.89-90).

Hacker afirma que, a partir da “Doutrina do Isomorfismo”, a posição de Wittgenstein é produzir um modelo de proposição capaz de explorar os limites da representação. A proposição, segundo ele, somente diz algo enquanto pode ser uma espécie de pintura, isto é, sua estrutura lógica deve ser isomórfica com aquilo que é representado. Dessa forma, os juízos morais são diferentes dos fatos, uma vez que os primeiros não conseguem evitar que a moral seja uma espécie de projeção volitiva sobre o mundo. Isso significa que o apelo aos fatos como esperança de justificação para a divergência de opiniões — como, por exemplo, procurar fatos que representem a honestidade ou a bondade — é um passo em falso com características de metafísica tradicional, pois estas deveriam demarcar outro campo além dos limites do pensamento. Mas, teria Wittgenstein mantido similar posição não cognivista nos escritos posteriores ao *Tractatus*?

XIII

Sabina Lovibond, em *Realism and Imagination in Ethics* (1983), opõe-se ao não cognitivismo moral do *Tractatus* partindo da distinção entre *fato* e *valor*. Segundo ela, para um empirista, a linguagem é um instrumento necessário para a comunicação do pensamento. Porém, a verdade das proposições é sempre derivada dos sentidos, o que significa que existe uma diferença entre “juízos passivos”, que correspondem às impressões dos sentidos, e os “juízos ativos”, que são motivações sobre o mundo. Os primeiros descrevem o mundo, os segundos são modos de responder emotivamente a esses fatos, que constituem os juízos de valor (LOVIBOND, 1983).

A partir do *Tractatus*, Lovibond considera a distinção entre fato e valor um ponto conclusivo para construir sua posição de realista moral. Segundo a autora, a distinção do “primeiro” Wittgenstein constrói uma visão da ciência e suas proposições como paradigma daquilo que pode ser dito claramente. Assim, se por um lado, podemos considerar que a distinção entre fato e valor é um elemento fundamental para o não cognitivismo moral, por outro, assumir algum tipo de realismo moral seria, segundo ela, rejeitar essa primeira posição e aceitar, ao mesmo tempo, algum tipo de atitude mística ou anticientífica.

Segundo o que nos parece, Lovibond, então, parte de uma forma de “realismo moral” derivada da última filosofia de Wittgenstein para resolver o impasse sobre a distinção entre fato e valor do *Tractatus*, sendo que o discurso moral está incorporado ao mundo físico⁶. Adotando uma interpretação de Wittgenstein como sendo um “convencionalista linguístico”, afirma que o filósofo defende uma visão comunitarista de linguagem, na qual as condições de verdade de uma proposição são substituídas pelas condições de asserção — isto é, o filósofo negaria implicitamente qualquer papel metafísico à ideia de realidade, negando

⁶ “A posição que eu devo considerar é a forma de realismo moral derivado da filosofia posterior a de Wittgenstein. Tal visão é bem qualificada para atender aos requisitos já mencionados, pois é um realismo naturalístico, no sentido não técnico que representa o discurso moral — como outras instituições humanas — como incorporada no mundo (físico) da natureza” (LOVIBOND, 1983, p. 25).

uma visão que pretende marcar qualquer distinção entre o discurso asertórico que descreve a realidade e aquele que não o faz (LOVIBOND, 1983, p. 36-38). Embora o argumento apresentado não pertença mais ao *Tractatus*, a posição de Lovibond é significativa porque, segundo aquilo que demonstra a autora, o problema da objetividade dos valores estaria comprometido com os argumentos apresentados na filosofia tardia por Wittgenstein. Mas, quais argumentos seriam estes que marcariam a fronteira entre proposições e juízos?

Para respondermos a essa pergunta, a partir do *Tractatus*, é necessário que, ao invés de dizermos que um juízo moral é verdadeiro ou falso, ou ao invés de dizer que os juízos morais não são nem verdadeiros e nem falsos, considere-se que Wittgenstein opta por instituir uma terceira alternativa: os juízos morais são destituídos de qualquer análise porque não fazem parte daquilo que pode ser dito proposicionalmente. Essa hipótese, evidenciada numa série de passagens, conduz-nos a aceitar a seguinte conclusão de Wittgenstein: “A proposição mostra seu sentido. A proposição mostra como estão as coisas se essa for verdadeira. E diz que estão assim” (TLP 4.022).

XIV

Assim sendo, se entendermos a proposição, saberemos como o mundo é no caso de ela ser verdadeira. Desta forma, o *Tractatus* realiza uma separação entre ciência e filosofia (ou, entre proposições e juízos), conforme observa Dall’Agnol:

No *Tractatus*, Wittgenstein ressalta que toda filosofia é uma “Crítica de linguagem” (4.0031) e por isso ele quer dizer que deve se estabelecer condições necessárias e suficientes de sentido, isso é, das proposições que podem ser verdadeiras ou falsas. A ciência é composta por estas proposições, que são retratações da realidade. Assim, ambas têm funções diferentes. É por essa razão que a filosofia não faz parte das ciências naturais. Deve significar algo cujo lugar está acima ou abaixo das ciências naturais, incluindo a psicologia não junto a elas. Para ser mais específico, o objetivo

da filosofia é o esclarecimento dos pensamentos, não é um corpo de esclarecimentos, mas uma atividade. Não existem proposições filosóficas, apenas elucidações (DALL'AGNOL, 2003, p. 78).

Com isso, teorias metaéticas (como o cognitivismo e o não cognitivismo moral) são derivadas, em grande medida, pela crença na existência de conceitos morais, dos quais podemos derivar nossos juízos sobre o mundo. Neste sentido, um dos elementos fundamentais da filosofia de Wittgenstein consiste em mostrar que não se pode falar em objetividade dos valores sem considerarmos a crítica à linguagem. Os próprios conceitos morais são conceitos linguísticos e, por isso, não se pode pensá-los como derivados de um mundo extra-humano. Este aspecto separa, de forma clara, as obscuridades e pretensões de derivar uma ética normativa dos escritos tardios de Wittgenstein, haja vista que o panorama metaético, agora, pretende inferir da *práxis* a possibilidade do conteúdo moral ser “objetivo”.

Por isso, quando Wittgenstein constrói sua posição antiteórica da linguagem, recusando o essencialismo, desnuda os próprios problemas dos dilemas cognitivistas, pois falar de um conteúdo moral cognitivo é subscrevê-lo no primado do contexto onde ocorre sua compreensão, e esse contexto é suficiente para que ocorra a compreensão, não sendo necessário escavar o pensamento para encontrar justificativas últimas para nosso comportamento. Assim, podemos apontar que o Wittgenstein do *Tractatus*, ou mesmo aquele da filosofia tardia, permanece fiel a um único objetivo: *livrar os conceitos e juízos morais do ar extralinguístico em que os mesmos estão envolvidos, uma vez que eles não são nem naturais nem metafísicos, mas essencialmente linguísticos.*

Referências

BLACKBURN, S. *Essays in quasi-realism*. New York: Oxford University Press, 1993.

BLACKBURN, S. *Verdade: um guia para perplexos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

DALL'AGNOL, D. Quine or Wittgenstein: the end of analytic philosophy? *Principia*, v. 7, n. 1-2, p. 75-91, 2003.

DALL'AGNOL, D. *Seguir Regras: uma introdução às Investigações Filosóficas de Wittgenstein*. Pelotas: UPel, 2011.

GARGANI, A. G. *Introduzione a Wittgenstein*. 5. ed. Roma; Bari: Laterza, 1993.

GARVER, N. *This complicated form of life: essays on Wittgenstein*. Chicago: Open Court, 1994.

GLOCK, H-J. *Dicionário Wittgenstein*. Trad. Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

HACKER, P. M. S. The Rise and Fall of Picture Theory. In: BLOCK, I. (Org.). *Perspective on the philosophy of Wittgenstein*. Cambridge: MIT Press, 1983. p. 85-109.

HACKER, P. M. S. *Insight and illusion*. Themes in philosophy of Wittgenstein. Oxford: Clarendon Press, 1986.

HALLER, R. A ética no pensamento de Wittgenstein. In: *Revista Estudos Avançados*, v. 11, n. 5, p.45-56, 1991.

HARDWICK, C. *Language Learning in Wittgenstein's later philosophy*. Paris: Mouton the Hague, 1971.

KENNY, A. *The legacy of Wittgenstein*. New York: Basil Blackwell, 1984.

LOVIBOND, S. *Realism and Imagination in Ethics*. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1983.

MARGUTTI, P. R. *Iniciação ao Silêncio: uma análise argumentativa do Tractatus de Wittgenstein*. São Paulo: Loyola, 1998.

McDOWELL, J. *Mind, Value, and Reality*. Cambridge, Mass; London: Harvard University Press, 2002.

McDOWELL, J. *Mente e Mundo*. Aparecida: Ideias & Letras, 2005.

PEARS, D. *As idéias de Wittgenstein*. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1973.

PERISSINOTTO, L. *Wittgenstein: uma guida*. Milano: Saggi Universale Economia Feltrinelli, 2010.

PERUZZO Jr., L. *Wittgenstein: o interior numa concepção pragmática*. Curitiba: CRV, 2011.

RICKTTS, T. Pictures, logic, and the limits of sense in Wittgenstein's Tractatus. In: SLUGA, H.; STERN, D. G. (Org.). *The Cambridge Companion to Wittgenstein*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SALLES, J. C. "Uma certa fenomeno-logia em Wittgenstein". In: FERREIRA, M. C. (Org.). *Fenômeno e sentido*. Salvador: Quarteto, 2003.

VALLE, B. *A forma do Silêncio e a forma da Palavra*. Curitiba: Champagnat, 2003.

VOLTOLINI, A. *Guida alla lettura delle "Ricerche Filosofiche" di Wittgenstein*. 5. ed. Roma; Bari: Laterza, 2009.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. 3. ed. Ensaio e Trad. de Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp, 2001.

Recebido: 20/09/2014

Received: 09/20/2014

Aprovado: 12/10/2014

Approved: 10/12/2014